

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM 19 DEZEMBRO DE 2008 – 2ª REUNIÃO DE 20 DE DEZEMBRO

-----Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, pelas dez horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, para ter lugar a segunda reunião da mesma:-----

-----1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:-----

-----Faltaram à reunião ou chegaram durante a mesma, os seguintes membros: António Fernando Pardal da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Alvados/Falta Justificada – PPD/PSD); António Manuel Pedroso do Rosário (Injustificada/PSD); Carlos Alberto Gomes Jorge (Falta justificada - PSD); Célia Cristina Almeida e Sousa (Falta Injustificada - PS); Fernando Manuel Marques Amado (Falta Injustificada - PS); Gisela Rute Rosa Ferreira (Falta Injustificada – PS); João Pedro da Silva Pinheiro (Falta Injustificada – PSD); Jorge Manuel dos Santos Pereira (Falta Injustificada – PSD); José António de Sousa Calado (Falta Injustificada – PSD); José Jorge Couto Vala (Renuncia) José Silva Santo (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – Falta Injustificada/PSD); Maria Antonieta Girão Feveireiro Mariano (Justificada - CDS/PP); Pedro da Conceição Varatojo (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD/Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves e Jorge Manuel Vieira Cardoso, e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro, encontrava-se a Assistente Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e/ou oral que estes apresentaram dentro do prazo regimental, referindo ainda que **Pedro da Conceição Varatojo (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria) seria substituído pelo senhor Adolfo Ribeiro Frazão** nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro -----

-----Ainda antes de prosseguir com os trabalhos interrompidos ontem às 22.40 horas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler documento que apresentou ao plenário justificando a suspensão da sessão:-----

-----*A sessão de ontem da Assembleia Municipal foi suspensa devida à falta de condições objectivas para prosseguir, após o pedido de defesa da honra do senhor deputado Jorge Vala. O senhor Presidente da Câmara pretendeu responder sem ser possível responder a um pedido de defesa da honra. Tentei prosseguir o normal funcionamento dos trabalhos, mas fui interrompido de uma forma desrespeitosa pela senhora Presidente de Junta de Mira de Aire e pelo senhor deputado Vítor Louro, numa atitude que não é a primeira vez que acontece, destes membros da Assembleia Municipal.*-----

-----*Entendi por isso, que não estavam reunidas as condições para o normal funcionamento da Assembleia Municipal e suspendi os trabalhos de acordo com o Regimento – alínea f) do artigo 17º.*-----

-----Porto de Mós, 20 de Dezembro de 2008.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal (assinatura)-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal retomando os trabalhos, recordou que estava em discussão o ponto 1 e 2 da Ordem de Trabalhos - **1 - Grandes Opções do Plano para o Ano de 2009 e 5.2 - Orçamento da Receita e da Despesa para 2009** – e que se seguia no uso da palavra **António Pedro Porto Ribeiro Marques da Costa (PS)** que disse querer comungar das palavras proferidas por Vítor Louro Cordeiro congratulando-se com os trabalhos que este executivo tem vindo a desenvolver.-----

-----Congratulou-se com as duas grandes obras que estão previstas para Mira de Aire – a Casa da Cultura e a execução do Saneamento Básico – obras que já há muito estavam para ser iniciadas e que só durante este mandato se concretizam. Disse ainda que queria lembrar o senhor Presidente da Câmara que falta em Mira de Aire um espaço verde condigno sugerindo a aquisição dos terrenos do campo da Fiandeira que pela sua localização, seriam o ideal.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Disse estar à espera de um Orçamento que fosse mais condigno com a realidade da Câmara, mas verifica-se que continua a aparecer com valores que se adicionam por adicionar. Já o Orçamento de 2008, tinha tido um aumento de 23,8% face ao Orçamento do ano anterior por força do QREN, tendo sido dito na altura que os números eram irrealistas. Agora para 2009, ainda acresce mais 4,8%. Sabe-se pela experiência dos dois primeiros anos, que o grau de execução deste executivo, ronda os 75%. Referiu ainda que um baixo grau de execução vai fazer com que as despesas correntes aumentem e apesar de estarmos perante um documento bonito e bem apresentado, o seu grau de execução vai ser bastante baixo.-----

-----Referiu-se ainda ao que foi aqui dito pelo senhor Presidente da Câmara quanto à freguesia do Juncal e ao facto de em termos de investimento por habitante, a freguesia do Juncal, ter 206 euros por habitante, dizendo que já é habitual aquela freguesia ser das mais contempladas em Orçamento, mas depois na execução, fica atrás das outras. Passou a exemplificar com o Gimnodesportivo do Juncal, que há quatro anos que está sempre contemplado no Orçamento, fazendo aumentar o valor por habitante, mas os quinhentos mil de que se fala tem de ser dividido por quatro anos, não se podendo considerar esse valor como sendo anual, o que fará baixar substancialmente os valores por habitante da freguesia do Juncal. -----

-----Terminou, quanto ao Orçamento, dizendo que não se trata de um orçamento empolado como disse Vítor Louro Cordeiro, mas sim de um Orçamento irrealista. -----

-----Quanto às Grandes Opções do Plano, disse parecer que, por quaisquer circunstâncias o executivo mudou um pouco a sua maneira de apresentar o documento havendo uma maior distribuição por todo o concelho. Referiu as palavras do senhor Vice-Presidente, quando ele disse que isso fazia parte das promessas eleitorais para este mandato, e que, como tal, teria que as pôr em execução até ao final do mandato. Isto só vem demonstrar aquilo que ao longo dos anos tem vindo a ser dito pela bancada do PSD: este executivo não tem uma estratégia definida, sendo que em cada ano tem uma abordagem diferente e isolada da anterior, pelo que, grandes projectos que fizeram parte dos Orçamentos iniciais deste executivo, acabaram por cair por terra e exemplo disso é a Casa dos Calados no Juncal em que, de quase um milhão de euros que foram orçamentados em orçamentos anteriores, agora simplesmente deixou de aparecer. -----

-----Passou depois a fazer um pequeno reparo sobre o Centro de Saúde do Juncal, em que se vê uma verba de cinco mil euros, não havendo dotação para os anos seguintes, pelo que considera que estas rubricas são abertas só para criar orçamento. -----

-----**Rita Isabel da Silva Pereira (PS):**-----

-----Começou por dizer, que, falando em rigor e porque é uma palavra muito usada nesta sala, considera ser este um bom Plano sendo o rigor fundamental perante a fase crítica que o País atravessa, concordando na necessidade de investir o dinheiro em obras de relevo para o concelho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque são necessárias, apelando a que se deixe o executivo trabalhar.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Quando ao Orçamento disse que a Dr^a Ana Paula, apesar de não saber como ele se chama, não lhe levará a mal que ele use algumas das palavras que ela usou bem recentemente em Porto de Mós, dizendo ainda não estar a referir-se ao seu comportamento de ontem, mas sim às palavras usadas para com o senhor Bispo de Leiria, quando lhe pediu para rezar pelas pessoas de Mira de Aire com problemas sociais gravíssimos, disse querer transportar isso para esse orçamento, principalmente depois de ontem o senhor Primeiro Ministro vir dizer que o próximo ano será o Cabo das Tormentas. Se se olhar para este Orçamento e se se tiver em conta a grave crise que se está a atravessar, deparamo-nos com um Orçamento que não se lembrou das pessoas. Para além de achar que este Orçamento está empoladíssimo existe a questão das obras. Referiu-se às obras candidatas ao QREN, dizendo que estas são uma questão de opção e que tem que respeitar a opção do executivo mas dizendo que não é obrigado a aceitar essa prioridade. Disse não concordar com as obras que o executivo elegeu como prioritárias para o Concelho, tanto mais que ainda ontem o senhor Presidente da Câmara disse que o concelho de Porto de Mós aparece a branco num mapa onde se faz a cobertura do país a nível de saneamento, o que significa que em Porto de Mós o saneamento é praticamente inexistente e estamos aqui a assumir compromissos com outras obras (porque para nos candidataros tem de haver comparticipação da Câmara) que não têm a urgência desta. Perguntou ainda porque é que não foi feita a candidatura da variante a Porto de Mós, que poderia ser feita a partir do Eixo III. Continuou dizendo que, com todo o endividamento que a Câmara está a assumir e quando o senhor Presidente diz no Jornal de Leiria que são necessários vinte milhões para Porto de Mós sair do branco naquele mapa, perguntou onde é que esta Câmara tem capacidade para se endividar com a parte correspondente a estes vinte milhões, depois de se verificar o endividamento que já existe, dizendo ser este o ponto que lhe merece discórdia relativamente a este documento.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra referiu que, acerca dos documentos que estão em discussão, eles são elaborados num período de grande incerteza, estando-se perante uma conjuntura internacional deveras ameaçadora, com um futuro bastante negro.-----

-----Foi neste enquadramento, disse, que o executivo teve de fazer as suas escolhas e elaborar o Orçamento. Atendendo à conjuntura, se estes documentos são expansionistas que sejam bem vindos e que façam alguma coisa a favor da actividade económica, a favor das forças produtivas, pela manutenção das empresas e dos postos de trabalho que bem necessárias são. Se o executivo puder, que vá até onde for possível, porque parece-lhe fundamental a sua contribuição para alguma da recuperação e manutenção das forças produtoras. Acerca das escolhas em si, serão sempre discutíveis. Disse ainda ser louvável o enquadramento das obras em termos de apoios do QREN porque vão permitir que muitas obras se façam com custos mais reduzidos.-----

-----Referiu-se depois à sua freguesia (Alqueidão da Serra), dizendo-se agradado por ver que se propõe solucionar finalmente o problema do abastecimento de água, porque a população está farta de lidar com aquela situação de carência. Terminando, disse que também por isso, irá votar a favor deste orçamento que lhe parece equilibrado e exequível.-----

-----Nesta altura, o senhor Presidente da Assembleia pediu a **António Manuel de Sousa Pires** que substituísse o **2º Secretário Jorge Manuel dos Santos Pereira**, face à ausência deste, dando seguidamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes.-----

-----O senhor Presidente da Câmara começou por responder a **António Marques da Costa**, dizendo que este levantou uma questão relevante para Mira de Aire e que tem a ver com os espaços verdes de que aquela vila tanto necessita. Referiu-se à situação do campo da Fiandeira que foi dado em dação de pagamento por dívida à Segurança Social e às Finanças tendo-lhe dito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Directora Geral do Património, que estaria disponível para vender aquele espaço ao Município por um valor, ainda em contos à altura, de setenta e seis mil contos. Respondendo à Directora disse que a Câmara não tinha capacidade financeira para pagar esse valor e alertou-a para o facto de naquele espaço não se poder construir, porque existem medidas preventivas aprovadas para o local que impossibilitam a especulação imobiliária. Assim disse que, em sua opinião o terreno irá cair para valores muito mais baixos, pelo que há que aguardar pelo desenrolar dos acontecimentos, sendo intenção da Câmara voltar a falar com ela no princípio do ano, para ver qual a solução para aquele espaço.-----

-----A **Luís Almeida** disse que estava à espera de uma análise mais técnica da sua parte, tendo em conta as suas competências profissionais. Disse ainda que tem algumas dúvidas sobre se Luís Almeida conhece bem o que se está a fazer no Juncal ou se apenas está aqui com alguma demagogia política na análise do Plano de Actividades. Referiu ainda que foi a única intervenção que disse que o Orçamento é irrealista, dizendo que não sabe quais são as obras que não são realistas, nem quais as que daqui retiraria tendo em conta todo o cenário possível de fundos comunitários. -----

-----Referiu-se ainda à Casa dos Calados, dando conta da reunião havida no Juncal com algumas personalidades daquela vila, não tendo estado presente o senhor Presidente da Junta por se encontrar doente, com vista a arranjar soluções para aquele espaço, porque existe a hipótese de, através de uma associação para o desenvolvimento local, ir buscar fundos comunitários ao Programa Líder, assim como para o Parque de Caravanismo das Pedreiras.-----

-----Referiu-se depois a todo o investimento que tem sido feito no Juncal, dizendo, relativamente ao Pavilhão, que esta não é uma obra que se faça num ano, dado que foi começada neste mandato e os Planos de Actividades e Orçamentos têm vindo a reflectir esse valor da obra ao longo destes anos.-----

-----Disse depois de que não o podem acusar de partidarites agudas porque tem distribuído os recursos disponíveis por todo o concelho, independente das cores partidárias locais, atendendo apenas às necessidades das populações. -----

-----Relativamente aos passeios da Cumeira, disse já ter estado com o Director das Estradas de Portugal, estando prevista toda a reformulação da EN 8, onde se incluem os passeios da Cumeira, comprometendo-se, e fazendo questão de que fique em acta, de que se as Estradas de Portugal não avançarem com os passeios nessa zona da Moitalina, vai ser a Câmara Municipal de Porto de Mós, no próximo ano, a fazer mais um troço dos passeios naquela zona, principalmente entre o Intermarché e a Estrada da Boieira.-----

-----Quanto ao Centro de Saúde, referiu que finalmente chegou a bom termo, não sendo nem a Câmara nem a Junta a pagar as obras, porque apesar de neste mandato ainda não ter havido quadro comunitário de apoio, ainda assim tem conseguido arranjar algumas verbas para fazer face a obras desta envergadura.-----

-----A **Rita Pereira** agradeceu as palavras de apoio e referindo-se depois às obras contratualizadas no âmbito da NUT III, disse que, de todos os municípios que integram a Associação, Porto de Mós foi o único que não apresentou alcatroamentos, porque as nossas prioridades têm a ver com abastecimento de água e saneamento no concelho.-----

-----Respondendo a **António Pires**, disse que, se há coisas que estão bem vincadas neste Orçamento é a questão social, bastando ver os valores elevadíssimos que estão afectos às refeições escolares pelo que as palavras de António Carvalho não são em vão. Exemplificou ainda com o facto de a facturação de água passar a ser mensal a partir de Janeiro, não indo a Câmara Municipal ao contrário do que permite a Lei, reflectir na factura os custos inerentes à facturação, exactamente porque se tem a noção das dificuldades que as famílias e as empresas estão a passar.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu-se depois ao saneamento de Mira de Aire, dizendo que esta não é uma obra que se faça em dois ou três anos, mas que em 2013 terá que estar concluída, sob penas de virmos a ser fortemente penalizados, pelo que os vinte milhões aqui aventados, são efectivamente, o valor global.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi posta a votação o ponto 1 da Ordem de Trabalhos – **Grandes Opções do Plano Para 2009** – tendo o mesmo sido aprovado por maioria com **15 (quinze) votos a favor, 2 (duas) abstenções e 5 (cinco) votos contra.**-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal pediu a palavra para passar a ler uma declaração de voto que foi aprovada pela Junta de Freguesia, que a seguir se passa a transcrever:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

-----A Freguesia do Juncal pela sua localização na fronteira do concelho tem uma importância social e económica que ultrapassa o peso estatístico que lhe é atribuído. A título de exemplo, podemos referir que cerca de metade dos alunos do IEJ são de fora do concelho. Muitas pessoas da Castanheira, Montes, Alpedriz, Porto Carro, Casais de Santa Teresa, Quinta Nova, é ao Juncal que vêm ao banco, é no Juncal que se abastecem, é ao Juncal que vêm à Farmácia.-----

-----No seguimento das tentativas de sensibilização desta Junta de Freguesia para com a Câmara, no sentido de apoiar a população que representamos e analisando o presente Orçamento da Câmara para 2009, verificamos que :-----

-----**Ponto 1.** Não existe qualquer verba destinada à Casa dos Calados. Nem mesmo para manutenção do seu telhado que poderá não resistir ao próximo Inverno. No orçamento para 2007 estavam previstos mais de 1 000 000.00 € a investir ao longo de dois anos que já passaram e a sua execução foi zero.-----

-----**Ponto 2.** A verba de 5 000.00 € atribuída ao Centro de Saúde é tão exígua que nos deixa muitas dúvidas quanto à execução da referida obra.-----

-----**Ponto 3.** Para a Zona Industrial, uma infra-estrutura que traria algum desenvolvimento, à freguesia, nada está previsto.-----

-----**Ponto 4.** Para acabamento, requalificação e embelezamento das entradas do Juncal nada está previsto.-----

-----**Ponto 5.** Não está incluído qualquer valor para os cruzamentos de Chão Pardo e Casais Garridos. Este executivo terá responsabilidades caso ali se verifique algum acidente grave.-----

-----**Ponto 6.** Para as obras de requalificação do Salão Paroquial, obra que em tempo útil serviu de slogan, nada está previsto.-----

-----**Ponto 7.** Não está previsto também qualquer verba para a construção de um espaço recreativo ao ar livre para a população, assunto falado há anos e para o qual a Câmara possui terreno .-----

-----**Ponto 8.** Com uma população de cerca de 20% do total do concelho, é atribuído ao Juncal um valor aproximado de **4,14%** das verbas inscritas no GOP. Se nos abstrairmos do valor da sala de refeições da escola da Cumeira, que foi orçamentada e que deveria já estar a funcionar em 2008, assim como a rotunda do Andam, ao Juncal caberá cerca de **2,07%** das verbas inscritas no GOP para 2009.-----

-----**Ponto 9.** Na listagem de projectos apresentados ao **QREN/200720013**, a freguesia do Juncal não consta em qualquer programa. É inacreditável que uma população que representa **20%** do total dos habitantes do concelho, tenha sido simplesmente esquecida. Apenas é lembrada para servir de passagem ao **gás, às linhas de muito alta tensão e ao TGV**, habilmente empurrado para as nossas costas.-----

PELOS MOTIVOS AQUI DESCRITOS VOTAMOS CONTRA ESTE ORÇAMENTO.

-----Juncal, 19 de Dezembro de 2008.-----

----- (Assinaturas)-----

-----Foi depois posto a votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos – **Orçamento para o ano de 2009** – tendo o mesmo sido aprovado por maioria com **15 (quinze) votos a favor, 3 (três) abstenções e 4 (quatro) votos contra.**-----

-----**3. Mapa de Pessoal para o ano de 2009:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António José Meneses Teixeira (PS)**, pediu à mesa para entregar um documento elaborado pela bancada do Partido Socialista, na sequencia dos factos ocorridos ontem no decorrer dos trabalhos desta Assembleia Municipal, tendo-lhe o senhor Presidente dito para entregar para ser analisada pela mesa.-----

-----O senhor Presidente no uso da palavra para explicar o ponto da ordem de trabalhos em discussão, pediu a ajuda da Chefe de Divisão Neuza Morins para, na qualidade de técnica, passar a dar uma explicação cabal da necessidade da aprovação deste documento que foi presente em reunião de Câmara .-----

-----No uso da palavra, a Dr^a Neuza Morins, referiu que com a entrada em vigor da nova legislação, vão deixar de existir os quadros de pessoal da autarquia e pelo que será aprovado conjuntamente com o Orçamento o mapa de pessoal do município. O mapa de pessoal que é aqui apresentado, não é mais do que a transposição do quadro de pessoal, incluindo todo o pessoal das escolas que não estavam no quadro de pessoal, como as animadoras, bem como o pessoal que estiver contratado a termo parcial. Contempla também alguns lugares que poderão vir a ser providos ou não no próximo ano, sem cuja previsão não poderia o executivo lançar concursos, acrescentando que o próprio Orçamento de Pessoal, contempla algumas verbas a mais para que esse pessoal possa vir a ser provido.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD)**:-----

-----Começou por perguntar se era o senhor Vice Presidente que detinha as competências na área dos recursos humanos e quantos funcionários estariam em condições de ser promovidos na Câmara, quantos concursos foram abertos para essas promoções, porque o que se consta na rua é que foram promovidas apenas duas ou três pessoas e ainda qual o critério adoptado para a promoção ou selecção dos funcionários que foram promovidos. Perguntou ainda quantos avançados existem, designadamente, quantos advogados avançados existem na Câmara Municipal de Porto de Mós.-----

-----**Rita Isabel da Silva Pereira (PS)**: Disse que a sua questão tinha a ver com o facto de não ver neste mapa de pessoal a passagem do pessoal não docente dos agrupamentos de escolas para 2009, pelo que gostaria que esclarecessem de que forma é que irá ser feito esse enquadramento em 2009.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**:-----

-----Uma vez que o mapa de pessoal emana da lei e acompanha o Orçamento disse parecer-lhe mais lógico o documento não conter o nome dos funcionários e sim os seus vencimentos, pelo que, sendo uma questão técnica solicita à Dr^a Neuza que o esclareça.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder a Olga Silvestre, dizendo que não há avançados na Câmara Municipal de Porto de Mós, esclarecendo que consoante as necessidades, são contratados de forma avulsa os advogados necessários para defenderem os interesses da Câmara em Tribunal, quando assim se justifique, conforme consta da listagem que foi distribuída.-----

-----No que respeita às promoções dos funcionários, disse ser um problema que tem em cima da mesa, extremamente complicada, porque não há promoções na Câmara desde 2001, pelo que, neste momento quase todos os funcionários da Câmara reúnem condições para ser promovidos. Assim, disse pensar, que até à data tem conseguido promover aqueles que têm mais mérito, referindo que promoveu aquele que considera ser o melhor funcionário da Câmara e que é o Francisco Manuel da Conceição Costa, o cabouqueiro, que pela dedicação demonstrada, a qualquer hora do dia ou da noite, de semana ou aos fins de semana, tenta resolver os problemas das águas no concelho de Porto de Mós. Houve ainda mais algumas promoções, que não vão além de oito e o critério foi a antiguidade e o mérito, pelo que concluiu que o problema do Presidente da Câmara é ter de decidir. Terminou dizendo ainda que a Câmara não tem capacidade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financeira para promover trezentos funcionários pelo que esta é uma matéria muito delicada.-----

-----Quanto a **Rita Pereira** respondeu que recebeu anteontem a relação de todos os funcionários não docentes que vão passar para a Câmara a partir de Janeiro, razão pela qual o valor a pagar não consta no Orçamento e no Plano. Assim em Janeiro a Câmara tem de fazer uma alteração para incluir o valor que iremos receber da Direcção Geral de Educação do Centro a fim de poder pagar os vencimentos. Concluiu dizendo que a situação está salvaguardada, embora obrigando a Câmara a fazer uma alteração ao Orçamento. -----

-----No que se refere à questão de **António Pires**, pediu à Dr. Neuza Morins que respondesse, o que esta fez dizendo que, que essa imposição deriva da própria lei, referindo o artigo 5º da Lei 12-A/2008, que diz que obrigatoriamente este mapa tem que conter a atribuição e a competência, o cargo ou a carreira e dentro da carreira a categoria, a área de formação e nome do titular do seu ocupante, não tendo que constar a remuneração. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos – **Mapa de Pessoal para o ano de 2009** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com três abstenções**. -----

-----**4. Aplicação da Lei N.º45 /2008 de 27 de Agosto – Alteração Dos Estatutos Da Área Metropolitana de Leiria:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para explicitar a razão deste assunto ter de ser submetido a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, dizendo que se trata de uma adequação dos estatutos da AMLEI à nova legislação, dado que a constituição CIMPL implica alterações à AMLEI, que passa a ser uma associação para fins específicos e não para fins genéricos. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usou da palavra para esclarecer que, quem passa a fazer parte dos órgãos da AMLEI são os Presidentes de Câmara e Vereadores, deixando de estar ali representados os elementos da Assembleia Municipal, acrescentando que foi esta alteração que foi aprovada na última reunião em que estes elementos, entre os quais ele se inclui, estiveram presentes, razão pela qual esta alteração terá que vir aqui ser objecto de deliberação, porque a eleição que foi aqui feita na passada sessão, foi para eleger os representantes da Assembleia Municipal na CIMPL, onde estão apenas representados cinco municípios. -----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para agradecer o esclarecimento porque veio complementar o que atrás havia dito.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos – **Aplicação da Lei N.º45/2008 de 27 de Agosto – Alteração Dos Estatutos Da Área Metropolitana de Leiria** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----**5. Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem prevista na Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar conta da proposta que foi presente a reunião de Câmara de 30 de Outubro de 2008, e que a seguir se transcreve:-----

-----**PROPOSTA**-----

-----**ASSUNTO: “FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL SOBRE DIREITOS DE PASSAGEM PREVISTA NA LEI N.º 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS”**-----

-----De acordo com o artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, os Municípios podem estabelecer uma taxa pela passagem e atravessamento do domínio público e privado municipal,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por sistemas, equipamentos e demais recursos destinados ao estabelecimento de redes de comunicações electrónicas.

-----Esta taxa municipal por direitos de passagem (TM DP) é aprovada anualmente, até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar o percentual de 0,25%.

-----A taxa será aplicada a cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas aos clientes finais do Município.

-----De acordo com a lei, compete à Assembleia Municipal estabelecer e fixar os quantitativos das taxas municipais, devendo a Câmara Municipal apresentar as suas propostas.

----- Nestes termos e de acordo com a alínea a) do nº 6 do artigo 64º e a alínea e) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho ao executivo municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o próximo ano de 2009.

-----Porto de Mós, 27 de Outubro de 2008.

-----O Presidente da Câmara (João Salgueiro).

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a explicar o assunto, dizendo que o mesmo deriva da lei acima mencionada e tem em vista que as autarquias sejam ressarcidas sobre os direitos de passagem por parte das entidades que ocupam o solo ou o espaço aéreo com cabos. Em termos de valores disse que se tratam de verbas muito pouco representativas para o município principalmente tendo em visto o prejuízo que eles causam com a abertura de valas danificando o pavimento. Acrescentou ainda que não existe qualquer tipo de controlo que se possa exercer sobre essas entidades.

-----**José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PSD):**

-----Usou da palavra para perguntar se os empreiteiros, quando vêm proceder à abertura das valas pedem autorização à Câmara ou não.

-----**Olga Cristina Fino Silvestre PSD** perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal, qual a taxa proposta ao que aquele respondeu 0,25.

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara respondeu a **Gabriel Vala** dizendo que esses trabalhos são autorizados pela Câmara Municipal, tendo havido casos em que essa foi negada. Acrescentou ainda que quando a Câmara vai alcatroar alguma estrada, existe o cuidado de informar essas entidades desse facto, para o caso de se eles pretenderem fazer também alguns trabalhos nessa zona, o possam fazer sem que venham posteriormente a danificar o pavimento.

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos – **Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem prevista na Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com uma abstenção**.

-----**6. Adesão à Entidade Regional de Turismo Leiria/Fátima**

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, voltou a ler o texto em que o senhor Presidente da Câmara pedia a inclusão do presente ponto na ordem de trabalhos, após o que lhe deu a palavra.

-----O senhor Presidente da Câmara começou por agradecer à Assembleia Municipal o facto de terem aceite a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, pois apenas no dia 18 do corrente foi recebido um documento da Região de Turismo a dizer que era necessária a deliberação desta Assembleia. Passou depois a comentar as vicissitudes porque passou esta Região de Turismo, congratulando-se com o facto de a mesma não ter desaparecido estando as eleições na mesma para breve. Referiu depois os benefícios que Porto de Mós pode retirar daqui a nível do desenvolvimento turístico, atendendo ao património natural, cultural e gastronómico que o concelho possui e que conjugando as sinergias dos vários concelhos que a compõem pode resultar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma região de Turismo muito forte. Comentou ainda o facto de Alcobaça e Nazaré não aderirem a esta Região, sendo sua intenção passar para a Região do Oeste, mas que isso só será possível se houver uma alteração à lei.

Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):

Criticou o facto de, só no dia 18 de Dezembro o senhor Presidente da Câmara ter sido informado pela própria Região de Turismo da necessidade da deliberação por parte desta Assembleia, quando essa informação deveria ter sido dada pelo Serviço Jurídico da Câmara já que isso resulta da leitura da própria lei. Disse depois, que não têm nada contra o facto de Porto de Mós integrar esta Região de Turismo.

José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PSD):

Referiu a necessidade de Porto de Mós tirar partido das suas potencialidades a fim de haver uma efectiva integração nesta Região de Turismo de forma a projectar o concelho neste âmbito.

Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):

Fez menção ao turismo da natureza para que o concelho está vocacionado pela sua situação geo-estratégica e pela sua integração no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, falando da necessidade da Câmara Municipal promover e desenvolver este tipo de turismo. Referiu-se ainda à quantia exígua que está prevista em Orçamento para este tipo de actividades referindo ainda que a Região de Turismo terá que ter também um papel activo nesta divulgação em coordenação, tanto com as freguesias como com o município.

António Manuel de Sousa Pires (PSD):

Disse fazer suas as palavras de Gabriel Vala, referindo um episódio que se passou há dias num programa de televisão, em que num concurso, foi perguntado à concorrente onde se tinha realizado a Batalha de Aljubarrota, tendo ela respondido, Batalha e tendo a resposta sido considerada certa. Assim chamou a atenção do senhor Presidente da Câmara para este tipo de situações que se repetem dizendo da necessidade de se fazer alguma coisa para as corrigir, tanto mais que existe o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota que se situa no concelho de Porto de Mós, sendo que são os municípios vizinhos a retirar dividendos do mesmo.

O senhor Presidente da Câmara passou a responder a **Olga Silvestre** dizendo que aquilo que aconteceu com Porto de Mós, aconteceu com todas as Câmaras dado que só dia 18 foi recebido o ofício da Região de Turismo que diz taxativamente que carece de deliberação da Assembleia Municipal, porque os próprios estatutos só agora à ultima da hora é que sofreram as necessárias adaptações.

A **Gabriel Vala** disse concordar com ele, reconhecendo que estas coisas do turismo têm passado um pouco ao lado da Câmara, dizendo que considera que existe uma lacuna, que espera corrigir rapidamente, dado que não existe um folheto a divulgar os valores turísticos do concelho, sendo importante que exista um documento que se possa distribuir a quem nos visita. Neste contexto, referiu-se à divulgação que foi feita pela televisão ao concurso de calçada à portuguesa, dizendo que aqueles segundos de exposição pública foram importantíssimos para a projecção e divulgação do concelho.

Referiu-se depois a Fátima e ao efeito catalisador que tem relativamente à Região de Turismo, dizendo que lhe falta alguma dinâmica que é preciso imprimir-lhe para que quem aqui venha, esteja disponível para outras visitas.

Quanto à questão levantada por **António Pires**, disse não ter visto, mas que também na TSF, aparecia publicidade ao Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, tendo sido corrigido e referindo-se neste momento a sua localização – S. Jorge – Porto de Mós.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos – **Adesão à Entidade Regional de Turismo Leiria/Fátima** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a informar a Assembleia da actividade da Câmara Municipal desde a última sessão, enumerando as diversas obras que constam do documento previamente enviado aos membros da mesma.-----

-----Referiu que, da contratualização que foi assinada em Tomar, na terça – feira, a sua primeira prioridade será a Zona Industrial de Porto de Mós, continuando a aparecer empresas interessadas em ali se instalarem. Fez menção Também quanto à Casa da Cultura de Mira de Aire disse que se trata de uma obra que foi contratualizada, devendo começar a chegar dinheiro dos fundos comunitários a partir de Abril/Maio. Quanto ao Espaço Verde de Porto de Mós, o projecto está pronto havendo já parecer da Reserva Agrícola Nacional-----

-----Quanto à recuperação da Central termoeléctrica é uma obra a que se têm de dar início, porque se isso não acontecer nunca mais se tem hipótese de a começar, em primeiro lugar porque há financiamento e depois porque o actual museu não passa de um armazém, não obstante existir um espólio ao melhor nível em várias áreas que é preciso valorizar e aproveitar e que naquelas condições se irá necessariamente degradar.-----

-----Fez depois uma breve resenha acerca das diversas actividades desenvolvidas.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Na área de acção social, disse ser particularmente sensível à situação dos idosos existindo idosos que vivem de uma reforma muito baixa e perguntando de que forma é que esta Câmara pensa prestar apoio a essas camadas da população à semelhança do que se faz noutros concelhos. Perguntou depois ao senhor Presidente relativamente às empresas que previsivelmente se vão instalar na zona industrial de Porto de Mós, se este tem ideia de quantos empregos estas irão criar no concelho. Voltou a falar mais uma vez, do muro da Silmar que está todo rebentado, manifestando a sua preocupação por este se encontrar perto de uma escola primária. Referiu depois que não lhe foi distribuída atempadamente a informação relativa à actividade da Câmara a e que se está agora a discutir, considerando isso uma falta grave, tanto mais que desta informação consta a relação de processos judiciais em que é parte a Câmara Municipal, e que assim sendo não teve nem tempo nem ocasião de se inteirar deste assunto. Sobre este assunto passou a colocar algumas questões, dizendo que já percebeu que a VPMS e Associados é a sociedade de advogados que representa a Câmara nas acções que foram colocadas contra ela no que se refere às obras que foram efectuadas sem contratualização, perguntou porque é que foi contratada uma firma de advogados de Lisboa, quando em Porto de Mós existem advogado tão bons quanto estes. Passou depois a colocar algumas questões do ponto de vista técnico, relativamente às acções elencadas na dita informação.-----

-----**António Pedro Porto Ribeiro Marques da Costa (PS):**-----

-----Disse querer apenas abordar duas ou três questões, dizendo a Olga Silvestre que a maior parte das pessoas recebe esse documento e que se andou alguns mandatos anteriores a este sem nunca haver possibilidade de ter este documento que agora é efectuado.-----

-----Quanto à divulgação do concelho disse achar importantíssimo, pedindo ao senhor Presidente da Câmara para que se leve a sério a elaboração da verdadeira página na internet do município, porque hoje em dia e nos tempos que correm, qualquer pessoa que se desloque para qualquer lado acede à Internet para pesquisar os sítios, para saber o que vai visitar.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse ainda que o senhor Presidente falou das pavimentações que se fizeram em Alvados, perguntando se já estão previstas pinturas dos pavimentos, porque à noite é extremamente difícil, devido à pouca iluminação que existe em certos locais, ver o alcatrão perdendo-se um pouco a noção das bermas.-----

-----Perguntou ainda, relativamente às zonas demolidas em Mira de Aire, o que é que está previsto fazer nesse arranjo, nessas zonas que estão um bocado ao abandono.-----

-----Quanto às acessibilidades perguntou: há algum tempo atrás foi prevista uma variante que atravessava por detrás do Covão da Carvalha e Zona Industrial de Mira de Aire e que iria fazer a ligação à auto-estrada a Fátima, se houve alguma evolução no processo.-----

-----Disse ainda que existe um espaço em Mira de Aire que nunca foi contemplado, referindo-se ao facto de metade da Mata pertencer ao concelho de Porto de Mós, pelo que seria interessante lá fazer um pequeno Parque de Campismo, entre outras coisas, visto que as Grutas de Mira de Aire estão a elaborar um projecto e criar algumas estruturas de *bungalows* de forma a poder fazer pernoitar alguns visitantes que por ali passam. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Sobre este documento aqui apresentado, disse quer chamar a atenção de que faz parte do Plano de Actividades, uma Rua que faz a ligação do Tojal à Ribeira de Baixo pedindo ao senhor Presidente que corrigisse o espaço no meio das casas, bem como definir a prioridade no cruzamento no início da rua. Terminou desejando a todos um Bom Natal, e dizendo que independentemente de se discordar aqui dentro é necessário que todos se respeitem uns aos outros.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PSD):**-----

-----Referiu a sua preocupação relativamente à zona histórica dizendo ser uma das zonas da vila em que tem que se continuar a apostar. Referiu-se às obras da Praça da Republica dizendo que estão muito boas, dizendo apenas que falta ali um quiosque – bar de forma a dar vida à praça e chamar para ali pessoas. Disse saber que as infra-estruturas ficaram criadas pelo seria interessante começar a pensar-se nisso.-----

-----Disse ainda que toda a zona histórica deve estar mais sinalizada, mais referenciada, chamando ainda a atenção para a limpeza com a colocação de ecopontos e para a iluminação, bem como para a normalização do trânsito naquela zona.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Referiu-se ao abastecimento da rede em alta para Serro Ventoso, Mendiga e Arrimal, ficando a faltar a rede em baixa e perguntando para quando a sua realização. Quanto aos esgotos disse que havia um grande diferencial entre os clientes efectivamente servidos e os outros que não estão a ser servidos apesar de haver rede, dizendo achar que isso se prende com os custos com que as pessoas vão ter que arcar, dizendo que muitas das situações não estão ligadas porque as pessoas não têm recursos para isso, perguntando se a Câmara tem algum plano para apoiar os munícipes no sentido de estes se poderem ligar à rede. Disse ainda que tem ideia de que se continuam a construir casas com as fossas construídas por detrás das mesmas, nada preparadas e incorrendo ainda em maiores custos para ligações futuras. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Olga Silvestre que conhece a sua sensibilidade para a acção social assim como ela também conhece a dele que esteve muito anos ligado a um lar de idosos. Disse não ser verdade, quando ela diz que este Orçamento não contempla nada em termos de acção social, referindo o apoio aos lares que tem vindo a ser dado com frequência, a disponibilidade em colaborar com o CASSAC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no sentido de se dar cobertura àquela zona da serra que está desprovida de apoio nesta área, havendo condições para avançar com essa obra rapidamente se a direcção se conseguir movimentar, porque o primeiro passo tem que ser deles, entre outros. -----

-----Quanto às empresas a instalar no concelho de Porto de Mós, disse que não sabia quantos empregos é que as mesmas iam gerar, dizendo que sabia que a SIRPLAST, que é uma empresa que está neste momento em construção iria criar entre 50 a 60 postos de trabalho. -----

-----Quanto ao muro da Silmar, disse que não se conseguiu chegar a acordo com a empresa e que portanto este seria um assunto que teria que ser dirimido em tribunal.-----

-----Passou depois a explicar as razões que o levaram a contratar aquela firma de advogados de Lisboa, e que se prende com o facto de ter frequentado uma acção de formação em que o tema era esta área do direito, sendo um dos formadores membro daquela firma. Assim quando a situação surgiu, e por considerar ser uma pessoa que estava completamente à vontade com este ramo do direito, a opção foi pela contratação dos seus serviços.-----

-----A **Marques da Costa** respondeu que relativamente às pinturas do pavimento o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento também tem manifestado essa preocupação, concordando que se trata de uma grande necessidade, estando essa pintura já adjudicada. -----

-----Quanto às zonas demolidas em Mira de Aire os projectos estão praticamente concluídos e a recuperação do local começará em breve e passará por um pequeno espaço verde ou calçada à portuguesa.-----

-----Quanto às acessibilidades disse que estão paradas acrescentando que se trata de uma obra muito difícil.-----

-----Quanto à mata de Mira de Aire, disse que é uma zona de inundações pelo que não sabe onde se poderão colocar os bungalows. De qualquer forma e por se tratar de um projecto que fazia parte do seu programa eleitoral terá que ser efectuado um estudo integrado tendo em conta as especificidades do local face às inundações frequentes que ali ocorrem, de forma a que seja o tal espaço que falta no centro da Vila de Mira de Aire.-----

-----Quanto a **António Pires**, referiu a sua contradição, dado que ele votou contra o Plano de Actividades e agora vem pedir o alcatroamento de uma estrada que está prevista naquele Plano e que é uma das prioridades deste executivo, terminando, por dizer que não obstante o seu voto contra, ela irá ser feita.-----

-----Referiu-se ainda à frase que este pronunciou de *respeitarmo-nos uns aos outros*, dizendo que apesar de não gostarmos de alguém ou do seu trabalho, não temos o direito de difamar o próximo, tendo ele próprio sido objecto de uma difamação no jornal O Portomosense há quinze dias atrás, quando a senhora vereador Irene Pereira disse, taxativamente, que ele estaria a receber a reforma acumulada com o vencimento, quando isso não corresponde de todo à verdade. Assim, tendo dado oportunidade à senhora vereadora de lhe pedir desculpa no mesmo órgão de comunicação social, e não o tendo ela feito, viu-se na necessidade de, e uma vez que esses factos são atentatórios da sua dignidade, tratar do assunto em sede própria ou seja, em tribunal, pedindo uma indemnização que será entregue a instituições de solidariedade social do concelho. -----

-----Quanto a **Gabriel Vala**, referiu quanto ao quiosque a colocar na Praça da Republica que é uma ideia interessante para dinamizar aquele espaço. Quanto à iluminação os candeeiros já foram comprados.-----

-----A **Carlos Venda** disse que a Câmara tem estado a pressionar os proprietários das casas novas a que façam a ligação, pelo que só depois disso lhes é passada a respectiva licença de utilização. Quanto às casas já construídas, dá-se a possibilidade de pagamento em prestações. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Terminada que foi a sua intervenção, o senhor Presidente da Assembleia usando da palavra, e antes de passar à aprovação das minutas das deliberações, disse que passaria a ler a declaração que foi entregue à mesa pela bancada do Partido Socialista, e que a seguir se transcreve, apesar de não ter descortinado enquadramento para a mesma no Regimento desta Assembleia Municipal, fará questão de a ler atendendo a que visa directamente a sua pessoa:-----

-----DECLARAÇÃO-----

-----Os eleitos da bancada do Partido Socialista lamentam profundamente a interrupção dos trabalhos desta Assembleia Municipal por razões que não o justificavam; uma hora após o seu início.-----

Vejamos:-----

-----1) O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou os trabalhos desta sessão sem a mesa estar constituída;-----

-----2) No âmbito da discussão do 1º ponto da ordem de trabalhos o Senhor Deputado Jorge Vala falou o tempo que quis e de assuntos fora do ponto em discussão sem que tivesse sido advertido pela Mesa, contrariando assim o nº 4 do artigo 47 do Regimento desta Assembleia Municipal;-----

-----3) A este mesmo Deputado foi-lhe atribuído direito a defesa da honra em resposta ao Senhor Presidente da Câmara sem que a este lhe tivesse sido dado o mesmo direito, isto é, a defesa da honra;-----

-----4) Este facto foi gerador de indignação legítima por parte da bancada do Partido Socialista pela atitude parcial e não isenta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal em relação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal;-----

-----5) Não obstante os factos decorridos a situação vivida no momento por esta Assembleia pode ser caracterizada por um ambiente pacífico sem qualquer tumulto, desacato, ou qualquer desordem pública visível;-----

-----6) Sem explicação e qualquer tipo de fundamentação exigida pelo Regimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de uma forma irreflectida e unilateral decidiu encerrar os trabalhos para surpresa geral dos Membros da Assembleia Municipal;-----

-----7) O Senhor Presidente da Assembleia para além de não respeitar o Regimento e as altas funções que desempenha neste órgão, de procurar o consenso e o equilíbrio entre as partes mostrou desprezo pelas obrigações profissionais e pessoais dos Senhores Deputados marcando para as 10h do dia seguinte o prosseguimento dos trabalhos sem se dignar consultar os Líderes das bancadas dos dois Partidos presentes.-----

-----Assim, face aos factos ocorridos e considerando a reincidência de ocorrências análogas por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aos deputados do Partido Socialista não lhes resta outra conclusão se não sugerir ao Senhor Presidente da Assembleia que pondere da sua continuidade no cargo.-----

-----Assembleia Municipal de Porto de Mós, 20 de Dezembro de 2008.-----

-----Os eleitos da bancada do Partido Socialista.-----

-----Disse depois, que passaria a ler um mail que lhe chegou ontem do senhor Deputado **José Jorge Couto Vala (PSD)**, e que a seguir se transcreve:-----

----- Exmo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós:-----

-----Tendo em conta os acontecimentos ocorridos na Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2008 e atendendo à necessidade de continuar a salvaguardar a idoneidade profissional da minha mulher (funcionária do Município de Porto de Mós) e de manter o inequívoco distanciamento entre a minha opinião política e o meu, já várias vezes reconhecido, exemplar comportamento profissional;-----

-----Por ter sido posto em causa pelo Presidente da Câmara Municipal, um dos princípios fundamentais que defendo para o exercício das funções de membro dum cargo com a responsabilidade que me merece a Assembleia Municipal e sobretudo por entender ter deixado de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ter condições pessoais e familiares para voltar a exercer o meu direito de me pronunciar nessa Assembleia Municipal;-----

-----Por entender que não posso continuar a exercer livremente o meu mandato de membro eleito e de direito dessa Assembleia Municipal;-----

-----Apresento a minha demissão ao cargo para o qual fui eleito, sem que antes deixe de cumprimentar todos os deputados municipais com os quais convivi democraticamente durante muitos anos, desejando neste momento de profunda mágoa pessoal, que todos em conjunto possam contribuir para que no concelho de Porto de Mós, não se continuem a degradar os hábitos de convivência democrática de acordo com os princípios de Abril.-----

-----Com os melhores cumprimentos (Jorge Vala)-----

-----Não havendo pedidos de intervenção e não havendo publico presente na sala, passou à aprovação das **MINUTAS DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO**:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações referentes aos pontos seguintes da ordem de trabalhos, **1. Grandes Opções do Plano para o Ano de 2009; 2. Orçamento da Receita e da Despesa para 2009; 3. Mapa de Pessoal para o ano de 2009; 4. Aplicação da Lei N.º45 /2008 de 27 de Agosto – Alteração Dos Estatutos Da Área Metropolitana de Leiria; 5. Fixação da Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem prevista na Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas; 6. Adesão à Entidade Regional de Turismo Leiria/Fátima** tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 13.30 horas do dia 20 de Dezembro e para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada. -----
